



SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 246QU-003-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.
Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31 de dezembro de 2023, apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 168.072, patrimônio líquido negativo de R\$ 1.696, endividamento tributário de R\$ 266.433, endividamento com empréstimos de R\$ 246.063 e ausência de receita no exercício de 2023 com a prestação de serviços originária da administração de Fundos. Fatos estes que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional. A Companhia está adotando medidas visando a reversão desta situação com objetivo e ao sucesso de suas operações futuras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC MG-008.957/F-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Daniel Menezes Vieira", written over a faint circular stamp.

Daniel Menezes Vieira

Contador CRC 1MG-078.081/O-1

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.553	154.392
Impostos e contribuições a recuperar	5	7.540	29.246
Outros ativos	-	10.261	13.015
Partes relacionadas	6	288.646	949
Total do ativo circulante		461.000	197.602
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	-	14.923	11.596
Depósitos judiciais	-	-	19.353
Partes relacionadas	6	2.001.549	959.958
Total do ativo não circulante		2.016.472	990.907
Total do ativo		2.477.472	1.188.509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Empréstimos	7	185.351	182.461
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3.169	4.363
Obrigações fiscais e tributárias	8	145.038	145.490
Total do passivo circulante		333.558	332.314
Passivo não circulante			
Empréstimos	7	60.712	277.432
Obrigações fiscais e tributárias	8	121.395	250.387
Partes relacionadas	6	1.963.503	162.000
Total do passivo não circulante		2.145.610	689.819
Patrimônio líquido			
	9		
Capital social	9 a)	139.565	139.565
Reserva de ágio	9 b)	110	110
Reserva legal	9 c)	27.913	27.913
Ações em tesouraria	9 d)	(1.212)	(1.212)
Prejuízos acumulados	-	(168.072)	-
Total do patrimônio líquido		(1.696)	166.376
Total do passivo e patrimônio líquido		2.477.472	1.188.509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	10	-	91.500
Custos dos serviços prestados	11	(47.226)	(53.813)
Lucro (prejuízo) bruto		(47.226)	37.687
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(40.560)	(21.537)
Despesas tributárias	-	(14.277)	(2.651)
Outras receitas operacionais	-	2.967	4.287
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		(99.096)	17.786
Resultado financeiro líquido	13	(68.976)	(104.545)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(168.072)	(86.759)
Imposto de renda	14	-	(6.139)
Contribuição social	14	-	(3.683)
Prejuízo do exercício		(168.072)	(96.581)
Número de ações (lote mil)	-	10.750.600	10.750.600
Prejuízo por ação		(0,02)	(0,01)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(168.072)	(96.581)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(168.072)	(96.581)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	Capital social	Reserva de ágio	Reserva legal	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		139.565	110	27.913	(1.212)	591.004	757.380
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(96.581)	(96.581)
Distribuição de dividendos	9 e)	-	-	-	-	(494.423)	(494.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		139.565	110	27.913	(1.212)	-	166.376
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(168.072)	(168.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.565	110	27.913	(1.212)	(168.072)	(1.696)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	-	(168.072)	(96.581)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício:			
Juros de empréstimos	7	26.391	102.179
(Aumento) redução de ativos			
Impostos e contribuições a recuperar	5	21.706	354
Outros ativos	-	2.754	5.506
Depósitos judiciais	-	19.353	(4.406)
Aumento (redução) de passivos			
Obrigações sociais trabalhistas	-	(1.194)	403
Obrigações fiscais e tributárias	8	9.005	(2.254)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(90.057)	5.201
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	(3.327)	(4.646)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.327)	(4.646)
Fluxo de caixa de atividade de financiamento			
Empréstimos pagos	7	(240.221)	(174.121)
Parcelamentos tributários	8	(138.449)	(156.037)
Partes relacionadas	6	472.215	771.407
Distribuição de dividendos	9 e)	-	(494.423)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		93.545	(53.174)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		161	(52.619)
No início do exercício	4	154.392	207.011
No final do exercício	4	154.553	154.392
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		161	(52.619)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. (“SPE Confrapar” ou “Companhia”), anteriormente denominada SPE Horizonti Gestão de Recursos S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, cujos atos constitutivos foram aprovados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 6 de agosto de 2007, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores.

A SPE Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A. passou a adotar esta denominação através de deliberação via assembleia realizada em 07 de novembro de 2016, com registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia exerceu, em 2023, a atividade de administração dos fundos: Confrapar GP Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP GP I”), Confrapar K I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K I”), Confrapar K II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K II”) e Confrapar K III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“FIP K III”).

A Companhia tem sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, nº. 1098, conjunto 95, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04542-001.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, apresentou prejuízos acumulados no montante de R\$ 168.072, patrimônio líquido negativo de R\$ 1.696, endividamento tributário de R\$ 266.433, endividamento com empréstimos de R\$ 246.063 e ausência de receita no exercício de 2023 com a prestação de serviços originária da administração de Fundos.

A Administração da Companhia, ciente da situação financeira atual, já está implementando um plano de recuperação que inclui a captação de novos fundos de investimento em participações (FIPs). O objetivo é aumentar a receita através da gestão desses novos fundos, o que permitirá a reversão do patrimônio líquido negativo e a cobertura dos prejuízos acumulados.

1.1. FIP GP I

O FIP GP I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão de Companhias Alvo e de emissão de FIs Investidos, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.2. FIP K I

O FIP K I é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.3. FIP K II

O FIP K II é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

1.4. FIP K III

O FIP K III é um Fundo restrito tipo 3, de acordo com a classificação Anbima/ABVCAP, destinado a investidores profissionais e constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de Valores Mobiliários de emissão da Companhia Alvo, podendo investir até 100% (cem por cento) do Capital Comprometido em ativos com sede no exterior.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 22 de julho de 2024.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

Quando existentes, a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na realização das obrigações de curto prazo.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o custo do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

iv) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

v) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e outras contas a pagar.

São representados por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

c) Tributação sobre a renda

A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação. São aplicadas as alíquotas vigentes, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240.000,00 anual e 9% para a contribuição social, calculada sobre a mesma base.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Reconhecimento da receita

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa e sua controlada tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia;
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis**• Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2023**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas suas demonstrações contábeis.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

- **Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IAS 21/ CPC 02

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	109.971	2.971
Aplicações financeiras (*)	44.582	151.421
Total	154.553	154.392

(*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2023 e 2022 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% a.a. e 110% a.a., a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as quais são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, e possuem liquidez imediata.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos cancelados a compensar	3.126	19.857
IRRF a recuperar	1.469	6.444
INSS a recuperar	2.945	2.945
Total	7.540	29.246

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

6. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a Companhia efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Confrapar S.A. (a)	-	34.498
Rodrigo de Oliveira Esteves (b)	61.491	61.491
Carlos Moreno (d)	69.800	220
Thiago Mendes Domenici de Moraes (b)	790.080	366.472
Carlos Eduardo Guillaume (b)	813.713	371.311
Rodrigo Bem Toledo (c)	134	134
Alex Alves Silva (c)	13	13
Luisa Pinto Coelho (b)	336.847	126.768
Yago Moreira (d)	176.078	-
Lais Rios Sampaio (d)	42.039	-
Total	2.290.195	960.907
Circulante	288.646	949
Não circulante	2.001.549	959.958
Total	2.290.195	960.907

(a) O saldo a receber com a Confrapar S.A. decorria de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contratos de mútuos celebrados entre as partes relacionadas, quitados no exercício de 2023;

(b) Os saldos a receber com os acionistas decorrem **(i)** da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2022; e **(ii)** de mútuos celebrados em 02 de janeiro de 2022 e em 02 de janeiro de 2023 entre as partes, sem juros (apenas de mora, correspondentes a 1% ao mês até a data da efetiva quitação das obrigações), não quitados até 31 de dezembro de 2023. Os mútuos têm vencimento e não possuem atualização;

(c) Os saldos a receber com os acionistas decorrem da cessão de ações, mantidas na tesouraria da Companhia, a cada um deles, os quais ainda não integralizaram os valores devidos em 2023; e

(d) Os saldos a receber decorrem de antecipação de dividendos no ano de 2023.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Confrapar S.A. (e)	1.963.503	162.000
Total	1.963.503	162.000
Circulante	-	-
Não circulante	1.963.503	162.000
Total	1.963.503	162.000

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) O saldo a pagar para a Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as Companhias, suportadas por contrato de mútuo celebrado entre as partes relacionadas, celebrado em 02 de janeiro de 2023, pois a Companhia precisou de recursos para fazer frente as suas despesas e não teve receita no ano de 2023.

A movimentação de operações com partes relacionadas a receber em cada exercício foi a seguinte:

Ativo	Confrapar S.A.	Outros	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2021	1.570.412	949	1.571.361
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(1.537.500)	925.460	(612.040)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.586	-	1.586
Saldo de 31 de dezembro de 2022	34.498	926.409	960.907
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(34.498)	1.363.786	1.329.288
Saldo de 31 de dezembro de 2023	-	2.290.195	2.290.195

Passivo	Confrapar S.A.	Outros	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2021	-	1.047	1.047
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	-	(1.047)	(1.047)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	162.000	-	162.000
Saldo de 31 de dezembro de 2022	162.000	-	162.000
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(39.497)	-	(39.497)
Recursos recebidos em contrato de mútuo	1.841.000	-	1.841.000
Saldo de 31 de dezembro de 2023	1.963.503	-	1.963.503

6.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração paga a título de pró-labore a administradores e dirigentes da Companhia foi de R\$ 15.840 (R\$ 14.544 em 2022).

7. Empréstimos

Em 26/01/2021, a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Bradesco no valor de R\$ 410.604 para ser quitado em 45 parcelas, com juros mensais de 1,0755000% a.m. Até 31/12/2023 foram pagas e antecipadas 33 parcelas, restando 12 parcelas a serem quitadas.

Em 30/04/2021 a Companhia adquiriu empréstimo no Banco Sicoob no valor de R\$ 300.000 para ser quitado em 48 parcelas, com juros mensais de 0,90% a.m. e índice de correção pelo CDI. Até 31/12/2023 foram pagas 30 parcelas, restando 18 parcelas a serem quitadas.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	185.351	182.461
Não circulante	60.712	277.432
Total	246.063	459.893

A movimentação dos empréstimos em cada exercício foi a seguinte:

	R\$
Saldo de 31 de dezembro de 2021	531.835
Amortização	(174.121)
Juros	102.179
Saldo de 31 de dezembro de 2022	459.893
Amortização	(240.221)
Juros	26.391
Saldo de 31 de dezembro de 2023	246.063

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas restritivas (“covenants”).

Os empréstimos até 31 de dezembro de 2023 e 2022 possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	213.830
2024	185.351	185.351
2025	60.712	60.712
2026	-	-
2027 em diante	-	-
Total	246.063	459.893

8. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos a recolher		
IRPJ e CSLL	-	248
Cofins a recolher	18	-
IOF	9.235	-
Total dos tributos a recolher	9.253	248
Parcelamentos tributários		
ISSQN BH (a)	36.870	43.167
PGFN DA (b)	126.705	203.447
IRPJ (c)	29.305	56.167
CSLL (d)	12.637	24.221
IRPJ 2 (e)	13.841	22.471
CSLL 2	166	2.722
ISSQN SP (f)	6.806	10.510
ISSQN RJ (g)	30.850	32.924
Total dos parcelamentos tributários	257.180	395.629
Total dos tributos a recolher e parcelamentos tributários	266.433	395.877
Circulante	145.038	145.490
Não circulante	121.395	250.387
Total	266.433	395.877

(a) Parcelamento ISSQN BH realizado em 27/02/2014 junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em 60 parcelas, das quais foram pagas 37/60 parcelas até que teve prazo perdido e foi automaticamente cancelado. Posteriormente, este parcelamento foi substituído por um novo parcelamento realizado em 01/08/2017, com divisão do saldo devedor em 130 parcelas. Destas, foram pagas 77 parcelas, e conseqüentemente restando 53 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela taxa Selic;

(b) Parcelamento PGFN DA realizado em 19/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 49 parcelas, restando 11 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

(c) Parcelamento IRPJ RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 49 parcelas, restando 11 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

(d) Parcelamento CSLL RF realizado em 20/12/2019 em 60 parcelas, das quais foram pagas 49 parcelas, restando 11 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

(e) Parcelamento IRPJ RF realizado em 28/09/2020 em 60 parcelas, das quais foram pagas 40 parcelas, restando 20 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic;

(f) Parcelamento ISS SP realizado em 30/08/2021 em 48 parcelas, das quais foram pagas 28 parcelas, restando 20 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(g) Parcelamento ISS RJ realizado em 20/08/2021 em 80 parcelas, das quais foram pagas 28 parcelas, restando 52 parcelas a serem liquidadas, atualizadas pela Selic.

O aging list dos parcelamentos tributários por ano de vencimento está demonstrado a seguir:

Ano de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	138.449
2024	168.813	148.108
2025	20.647	32.981
2026	67.720	76.091
Total	257.180	395.629

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 139.565 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), totalmente integralizado. O capital social está representado por 10.750.600 (dez milhões, setecentos e cinquenta mil e seiscentas) ações, representados por 10.534.548 (dez milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e oito) ações ordinárias; 66.052 (sessenta e seis mil e cinquenta e duas) ações preferenciais classe A e 150.000 (cento e cinquenta mil) ações preferenciais de classe B.

b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 110 (cento e dez reais).

c) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme disposições legais. Considerando que a Companhia atingiu 20% do valor do Capital social em exercícios anteriores, não houve constituição da reserva em 2023 e 2022.

d) Ações em tesouraria

O saldo das ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 1.212 (hum mil e duzentos e doze reais).

e) Dividendos

Não houve distribuição de lucros no ano de 2023 em virtude de a Companhia ter apresentado prejuízo no exercício. No ano de 2022, foram distribuídos a totalidade do saldo de lucros a distribuir para os acionistas detentores de ações preferenciais "Classe A" e "Classe B" os lucros de R\$ 494.423 (quatrocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais).

10. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços prestados	-	100.000
Impostos sobre serviços:		
ISSQN	-	(4.850)
PIS	-	(650)
COFINS	-	(3.000)
Total	-	91.500

A Companhia não conseguiu fechar novos contratos de prestação de serviços em 2023 e, por esse motivo não teve receitas operacionais no exercício. A Companhia tem expectativas de novas receitas para o ano de 2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Custos dos serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Pró-labore	(39.353)	(44.844)
INSS	(7.873)	(8.969)
Total	(47.226)	(53.813)

12. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de auditoria	-	(4.107)
Taxa de expediente	(10.011)	(9.549)
Perdas (a)	(20.560)	(399)
Serviços de consultoria	(7.235)	(1.839)
Outras despesas	(2.754)	(5.643)
Total	(40.560)	(21.537)

(a) Os valores classificados em "Perdas", são referentes a depósitos judiciais não recuperáveis.**13. Resultado financeiro líquido**

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.270	8.530
Total	7.270	8.530
Despesas financeiras		
Juros de tributos em atraso	(47.605)	(8.606)
Juros de empréstimos	(26.391)	(102.179)
Tarifas bancárias	(2.250)	(2.290)
Total	(76.246)	(113.075)
Resultado financeiro líquido	(68.976)	(104.545)

14. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023
Prejuízo tributável	
Receitas	2.967
Despesas	(171.039)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(168.072)
IRPJ e CSLL	-

	31/12/2022
Prejuízo tributável	
Receitas	727.329
Despesas	(1.075.447)
Exclusões	
Ganhos com investimentos	(29.285)
Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL	(377.403)
IRPJ e CSLL	(9.822)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

16. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia e também nos riscos de variações cambiais para os saldos em moeda estrangeira.

As variações cambiais são continuamente acompanhadas e reconhecidas pela Administração e não representam elevados riscos, pois os seus prazos de liquidação são reduzidos.

Considerando estas características a Administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

17. Eventos subsequentes

A administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

* * *

DocuSigned by:

Lúcia Pinto Coelho Gonçalves de Souza

CDRC1258C640409...

Lúcia Pinto Coelho Gonçalves de Souza

RG MG 11.595.014/SSP-MG

CPF 087.427.926-73

Diretora

Assinado por:

Rodrigo Vilela de Freitas

1170DB2ED8...

Rodrigo Vilela de Freitas

CRC: 082650/O-4

CPF: 032.157.266-10

Contador

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CE4A736A6C264F15A92BCE17F9E94D41
 Assunto: Complete with DocuSign: [SPE Confrapar] Demonstrações Financeiras - 2023.pdf
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 24 Assinaturas: 2
 Certificar páginas: 5 Rubrica: 0
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Status: Concluído
 Remetente do envelope:
 Confrapar S/A
 Rua Professor Atilio Innocenti, 165, We Work
 São Paulo, BR-SP 04538000
 juridico@confrapar.com.br
 Endereço IP: 187.69.76.221

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Confrapar S/A Local: DocuSign
 29/07/2024 13:35:05 juridico@confrapar.com.br

Eventos do signatário

Luísa Pinto Coelho Gonçalves de Souza
 luisa@confrapar.com.br
 Diretora

Assinatura

DocuSigned by:

 CD8C1258C6A0409...

Registro de hora e data

Enviado: 30/07/2024 06:42:42
 Visualizado: 30/07/2024 07:05:18
 Assinado: 30/07/2024 07:05:24

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 177.116.175.7

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 31/12/2019 07:57:00
 ID: edb29c82-d094-42b2-9d54-4844b7dcbe67

Rodrigo Vilela de Freitas
 rodrigo.freitas@exactaempresarial.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 1170DB2ED829401...

Enviado: 30/07/2024 06:42:42
 Visualizado: 30/07/2024 11:47:12
 Assinado: 30/07/2024 11:47:27

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 191.185.115.195

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 30/07/2024 11:47:12
 ID: 47ebc1e8-cf14-48d2-990d-acad3a8ef25d

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	30/07/2024 06:42:42
Entrega certificada	Segurança verificada	30/07/2024 11:47:12

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Assinatura concluída	Segurança verificada	30/07/2024 11:47:27
Concluído	Segurança verificada	30/07/2024 11:47:27

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Confrapar (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Confrapar:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: financeiro@confrapar.com.br

To advise Confrapar of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at financeiro@confrapar.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Confrapar

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to financeiro@confrapar.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Confrapar

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to financeiro@confrapar.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Confrapar as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Confrapar during the course of your relationship with Confrapar.